



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ACTA N.º 43/XI/1.ª**

Aos vinte e três dias do mês de Junho de dois mil e dez, pelas dez horas e quinze minutos, reuniu, na Sala 8 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

**10:00 Horas**

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Distribuição de iniciativas europeias;**
- 3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projecto de Lei n.º 281/XI/1ª (CDS-PP) - "Alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, estabelecendo a possibilidade de as imagens obtidas por videovigilância serem usadas como meio de prova" - Relatora - Deputada Isabel Oneto (PS);**
- 4. Apreciação e votação do parecer sobre o Projecto de Lei n.º 286/XI/1ª (PCP) - "Abre um período extraordinário de entrega voluntária de armas de fogo não manifestadas ou registadas" - Relator - Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP);**
- 5. Apreciação e votação do parecer sobre os Projectos de Lei n.ºs:  
- 315/XI/1ª (CDS-PP) - "Exclui das subvenções públicas, relativas às campanhas eleitorais, as despesas na concepção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas" e  
- 317/XI/1ª (PCP) - "Financiamento dos Partidos" - Relator - Deputado Hugo Velosa (PSD);**
- 6. Apreciação e votação do parecer sobre o Projecto de Lei n.º 305/XI/1ª (PCP) - "Determina um prazo máximo de 2 dias úteis para os procedimentos cautelares em matéria de serviços públicos essenciais" - Relator - Deputado Luís Pita Ameixa (PS);**
- 7. Outros assuntos.**

**11:30 Horas**

**Audiência da Associação Sindical dos Juizes Portugueses no âmbito da apreciação na especialidade das iniciativas legislativas de alteração do Código de Processo Penal [Proposta de Lei n.º 12/XI/1ª (GOV) e Projectos de Lei n.ºs 38/XI/1ª (PCP), 173/XI/1ª (CDS-PP), 178/XI/1ª (PCP), 181/XI/1ª (BE), 275/XI/1ª (PSD)].**

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Osvaldo de Castro (PS), foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas e designados os seguintes relatores:

- Proposta de Lei n.º 31/XI/1.ª (GOV) - *"Permite a nomeação de Magistrados do Ministério Público jubilados para o exercício de funções do Ministério Público e procede à 9.ª alteração do Estatuto do Ministério Público, aprovado pela Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro"* – Relatora: Deputada Helena Pinto (BE);



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

- Projecto de Lei n.º 314/XI/1.ª (PCP) – *“Altera o Decreto-Lei n.º 233/2008, de 2 de Dezembro, que regulamenta a Lei n.º 39/2004, de 18 de Agosto, relativa ao exercício do direito de Associação dos Militares da Guarda Nacional Republicana”* – Relator: Deputado António Gameiro (PS);
  
- Projecto de Lei n.º 315/XI/1.ª (CDS/PP) – *“Exclui das subvenções públicas, relativas às campanhas eleitorais, as despesas na concepção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas”* – Relator: Deputado Hugo Velosa (PSD);
  
- Projecto de Lei n.º 317/XI/1.ª (CDS/PP) – *“Financiamento dos Partidos”* – Relator: Deputado Hugo Velosa (PSD).

Foi ainda dado conhecimento da baixa à Comissão do Projecto de Resolução n.º 169/XI/1.ª (PS, PSD, BE e PCP), que *“Recomenda ao Governo a tomada de medidas de combate as discriminações entre mulheres e homens nas competições desportivas”*, tendo sido agendada a sua discussão, nos termos do artigo 128.º do RAR, para a reunião subsequente da Comissão, tendo por base o debate já havido na Subcomissão de Igualdade, que dera origem à apresentação do Projecto.

Não havendo iniciativas europeias para distribuir, e tendo sido adiados, a pedido dos respectivos relatores, os 3.º e 4.º pontos da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação do parecer sobre os Projectos de Lei n.ºs 315/XI/1.ª (CDS/PP) – *“Exclui das subvenções públicas, relativas às campanhas eleitorais, as despesas na concepção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas”* e 317/XI/1.ª (CDS/PP) – *“Financiamento dos Partidos”*, tendo o respectivo Relator, Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD), apresentado brevemente o parecer, cujas partes I e III foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV, tendo sido deliberado solicitar ao PAR fosse tido em conta o disposto na 6.ª conclusão, no que concerne à audição dos órgãos próprios das Regiões Autónomas sobre o Projecto de Lei n.º 315/XI (CDS/PP), sob pena de eventual inconstitucionalidade da Lei a aprovar.

O Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) apresentou então o seu parecer sobre o Projecto de Lei n.º 305/XI/1.ª (PCP), que *“Determina um prazo máximo de 2 dias úteis para os*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

procedimentos cautelares em matéria de serviços públicos essenciais", cujas partes I e III, submetidas a votação, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Por fim, foi aprovado por unanimidade o requerimento apresentado naquela data pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição do Senhor Director Nacional da Polícia Judiciária sobre as consequências do apagamento das estatísticas oficiais da base de dados do Ministério da Justiça relativas a crimes cometidos com armas de fogo.

Às 11h40 teve início a audiência da Associação Sindical dos Juízes Portugueses, no âmbito da apreciação na especialidade das iniciativas legislativas de alteração do Código de Processo Penal [Proposta de Lei n.º 12/XI/1ª (GOV) e Projectos de Lei n.ºs 38/XI/1ª (PCP), 173/XI/1ª (CDS-PP), 178/XI/1ª (PCP), 181/XI/1ª (BE), 275/XI/1ª (PSD)].

Após uma intervenção inicial do Senhor Presidente da Direcção daquela Associação Sindical, Dr. António Martins, sobre as grandes linhas das alterações propostas, e da subsequente intervenção, de apreciação na especialidade, do Dr. António Latas, também membro da Direcção e Relator do parecer da Associação sobre o anteprojecto da Proposta de Lei n.º 12/XI (GOV), intervieram para colocar questões aos dois magistrados judiciais os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD), João Oliveira (PCP) e Nuno Magalhães (CDS-PP), as quais mereceram resposta dos dois membros da Associação.

A audiência foi gravada em áudio e vídeo e transmitida pelo Canal Parlamento, devendo, depois de transcrita, ser anexada à presente acta, da qual fará parte integrante, estando o respectivo [registo](#) disponível na página do Canal Parlamento.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às treze horas e quarenta e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(Osvaldo de Castro)**

**Nota: Aprovada em 07-07-2010**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe  
António Gameiro  
António Montalvão Machado  
Carlos Peixoto  
Fernando Negrão  
Filipe Lobo D' Ávila  
Filipe Neto Brandão  
Helena Pinto  
Hugo Velosa  
Isabel Oneto  
Jorge Bacelar Gouveia  
Luís Montenegro  
Luís Pita Ameixa  
Maria do Rosário Carneiro  
Maria Manuela Augusto  
Miguel Vale Almeida  
Nuno Magalhães  
Oswaldo de Castro  
Teresa Morais  
João Oliveira  
Marques Júnior

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Celeste Correia  
Francisca Almeida  
José Luís Ferreira  
Ricardo Rodrigues